



ATA DA IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEA GESTÃO 2007-2009

30 de abril de 2008

1 Às nove horas do dia trinta de abril do ano de dois mil e oito, no Auditório do Anexo do
2 Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi realizada a IV
3 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -
4 CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei
5 nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15
6 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007.
7 A lista de presença encontra-se anexa. Pauta da reunião: 1. Aprovação da Ata da III
8 Plenária e da Pauta da IV Plenária – 9h às 9:15; 2. Informes – 9:15 a 9:30; 3. Informe sobre
9 a instalação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Ministra
10 Interina do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Arlete Sampaio - 09:30 às 10h –
11 4. Programa “Territórios da Cidadania” e Diretrizes para o Plano Safra da Agricultura
12 Familiar 2008/2009 - Ministro do Desenvolvimento Agrário – Guilherme Cassel – 10h às
13 12h. 4.1 Apresentação; 4.2 Debates; 4.3 Encaminhamentos; 5. Abastecimento e preço dos
14 alimentos; 6. Projeto de Lei da Alimentação Escolar (PL 2877/2008) – principais desafios e
15 encaminhamentos – 14h às 15:30; 6.1 Apresentação do Projeto – Albaneide Peixinho –
16 Coordenadora Nacional do PNAE; 6.2 Tramitação na Câmara dos Deputados – Deputado
17 Nazareno Fonteles; 6.3 Comentários – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e
18 Nutricional; 6.4 Encaminhamentos. 7. Informes e Encaminhamentos das Instâncias e da
19 Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais - 15:30 às 17h; 7.1. Comissão dos
20 Presidentes dos Conseas Estaduais; 7.2. GT de Organização do Seminário do PAA; 7.3 CP
21 1; 7.4. CP 2; 7.5. CP 3; 7.6. CP 4; 7.7. CP 5; 7.8. CP 6; 8. Aprovação do Planejamento e
22 Cronograma Final para 2008 – 17h às 17:30h; 9. Encerramento – 17:30. A Plenária teve
23 início com o presidente do CONSEA, Renato Maluf, dando boas-vindas aos presentes e
24 convidando a compor a Mesa a Ministra Interina de Desenvolvimento Social e Combate à
25 Fome, Arlete Sampaio. A seguir passou à apreciação da ata da III Reunião do CONSEA ,
26 informando que fora enviada, via correio eletrônico, aos Conselheiros. Sem solicitações de
27 modificação, a ata foi aprovada. Aprovação da pauta: Renato Maluf informou que no ponto
28 6 da pauta haveria a participação do Deputado Nazareno Fonteles, porém o deputado, por
29 problemas de agenda, não poderia participar no horário marcado, solicitando um espaço
30 para fazer um informe de 10 minutos entre o ponto 3 e o ponto 4 da pauta. Não havendo
31 discordância, ficou aprovado. O presidente informou ainda que a organização do
32 Conselheiro Altemir Tortelli estava recebendo uma delegação européia, alemã, de
33 passagem pelo Brasil, e havia solicitado ao CONSEA um espaço de 10 minutos na Plenária
34 para um breve informe institucional. O espaço cedido foi às 14 horas, antes da discussão do
35 ponto 6. Informes da presidência: (i) Renato Maluf informou os conselheiros, para mantê-
36 los atualizados das iniciativas que a Presidência do CONSEA vinha tomando em
37 coordenação com suas instâncias no sentido de abrir frentes de diálogo e de interação com
38 os setores de Governo na perspectiva da construção do sistema, destacando que 3



1 iniciativas haviam sido tomadas: a primeira foi em direção ao Ministério da Saúde, tendo
2 feito duas ou três reuniões com setores do Ministério, que foram acompanhadas por uma
3 Conselheira e um Conselheiro, Elisabeta Recine e Severino, reunião que resultou numa
4 agenda de temas a serem tratados com o Ministro Temporão, com quem havia sido marcada
5 uma reunião dia 26 de março, tendo sido remarcada para maio. Os resultados dessa reunião
6 serão informados à Comissão de Política. Informou ainda que se a Plenária estivesse de
7 acordo e o Ministro concordasse, poderiam agendar uma vinda do Ministro Temporão à
8 Plenária para discutir os elementos da interação entre o Ministério da Saúde e o SUS com o
9 Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (ii) Renato Maluf informou que na
10 mesma direção foi tomada uma iniciativa em relação ao Ministério da Educação, tendo sido
11 enviado um ofício em 15 de abril ao Ministro Fernando Haddad, solicitando uma reunião
12 do CONSEA com as várias Secretarias do Ministério. Destacou que a relação do CONSEA
13 com o Ministério da Educação tem estado bastante concentrada no PNAE e com o FNDE e
14 a intenção do Conselho é que possa abrir a discussão para que o tema da educação entre na
15 agenda de maneira mais ampliada, para além da alimentação escolar. Informou não ter
16 retorno do Ministério da Educação sobre a solicitação, mas destacou que a idéia era fazer
17 uma primeira reunião com a Secretaria de Educação Básica, Secretaria de Educação
18 Continuada, Secretaria de Alfabetização e Diversidade e do Programa Desenvolvimento da
19 Educação, além do PNAE, para a construção de uma agenda comum. (iii) Renato Maluf
20 informou que uma terceira iniciativa fora com o Ministério da casa, tendo encaminhado
21 uma solicitação ao Ministro Patrus Ananias, para a qual ainda aguarda resposta, para que
22 fosse dado ao Conselho um espaço nas reuniões que o Ministro tem com as Secretarias que
23 compõem o MDS, para discussão mais conjunta com o MDS sobre a construção do
24 Sistema. (iv) O presidente informou ainda que teve uma reunião com a Direção da ENAP -
25 Escola Nacional de Administração Pública, com duas perspectivas principais: a primeira de
26 fazer uma cooperação com a ENAP no sentido dela apoiar o CONSEA em atividades de
27 capacitação, informação, tanto do ponto de vista das instalações que ela dispõe em Brasília,
28 como do ponto de vista da implementação de atividades. Em segundo lugar, informou estar
29 trabalhando na perspectiva de pensar a possibilidade de incluir um módulo de segurança
30 alimentar e nutricional na formação dos gestores públicos. (v) Renato Maluf informou que
31 o CONSEA estava sendo demandado pelo MDS para indicar um Conselheiro ou
32 Conselheira para integrar a Comissão de Avaliação do Projeto GERAR, tendo solicitado
33 que, até o final da reunião, o CONSEA pudesse identificar uma pessoa que se dispusesse a
34 participar. (vi) Por fim, Renato Maluf informou que a Secretaria do CONSEA continua
35 tendo problemas na emissão das passagens dos conselheiros, reiterando o pedido de que os
36 participantes evitem modificações nos horários e vôos de última hora. Após esses Informes,
37 o Presidente passou a palavra à Sra. Ministra Interina de Estado, Arlete Sampaio, que
38 saudou os presentes e informou que: (i) Gostaria imensamente que o presidente do
39 CONSEA continuasse tendo, com a Secretaria Executiva do MDS, as mesmas relações que
40 o Chico Menezes teve com a Márcia, de total parceria, de total liberdade para demandar ao
41 Ministério em todas as questões que julgar necessário. Destacou que quer sempre estar
42 dialogando com o CONSEA, sempre colocando o Ministério em contato com o CONSEA,
43 por entender que o MDS, por ser o Ministro o Secretário-Geral do CONSEA, tem o dever



1 de estar permanentemente dialogando com o CONSEA e contribuindo para que as
2 atribuições do CONSEA, como também da Câmara possam se desenvolver da melhor
3 maneira possível. (ii) Destacou crer que a reunião do CONSEA se dava num momento
4 particularmente importante quando o grande debate presente no mundo dizia respeito à alta
5 dos preços dos alimentos. Informou acreditar que o debate que estava sendo posto na
6 imprensa internacional e na imprensa brasileira reforça uma compreensão que todos têm, há
7 muito, de que a questão da segurança alimentar é uma questão de soberania nacional.
8 Destacou que o Brasil tem que aproveitar esse momento para reafirmar essa convicção. (iii)
9 Informou que quando foi aprovada a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, a Lei
10 11.346 de 2006, ficou explicitado no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e
11 Nutricional, o papel do CONSEA e o papel de uma Câmara Interministerial de Segurança
12 Alimentar e Nutricional, esta última instalada no dia 10 de abril. (iv) Informou que a
13 Câmara é composta por 19 Ministérios, mas que para conferir mais agilidade e efetividade
14 às ações da Câmara, além do Plenário da Câmara Interministerial, seria necessário ter uma
15 espécie de Comitê Executivo do Plenário, proposta essa presente nos termos do Regimento
16 Interno. (v) Apontou que na Política de Segurança Alimentar e Nutricional um tema que se
17 ressalta como importante é a questão do abastecimento alimentar, tema para o qual disse
18 que dará alguma prioridade. (vi) Também informou que recebera, em conjunto com o
19 presidente Lula, uma cópia da Exposição de Motivos número 2 do CONSEA, que levantava
20 uma série de questões e pedia ao Presidente da República uma resposta. Disse que gostaria
21 de ter sido portadora da resposta presidencial para a IV Reunião, mas que infelizmente isso
22 não fora possível, entretanto tinha a informação de que proximamente, no mês de maio, o
23 CONSEA teria oficialmente respondida sua demanda ao Presidente da República. Após a
24 manifestação da Ministra, a Dr^a. Elza Maria Franco Braga sugeriu que, quando da
25 aprovação do Regimento, onde acredita será a implementação do que está na lei, o Governo
26 Federal mandasse um comunicado a todos os Estados e Municípios dizendo dessa
27 realização, fazendo alusão à LOSAN e pedindo a cooperação dos Estados e Municípios na
28 mesma direção. Em seguida foi passada a palavra ao Deputado Nazareno Fonteles. (i)
29 Inicialmente o deputado passou cópia de um artigo da Carta Capital, sobre o qual havia
30 falado ao Renato Maluf ter achado interessante. (ii) O deputado disse ver o contexto da
31 atual crise dos preços dos alimentos no mundo como uma oportunidade de fortalecer mais
32 ainda o desafio da segurança alimentar e nutricional no País, além do conceito da soberania
33 alimentar. Disse ver como se esse casamento entre segurança alimentar e soberania
34 alimentar estivesse se fortalecendo pela crise atual. Disse ainda achar que essa é mais uma
35 oportunidade para fortalecer os Ministérios, de modo especial o MDA; de fortalecer alguns
36 encaminhamentos da Reforma Agrária. (iii) Informou estar lutando dentro do Parlamento,
37 de modo especial na Câmara Federal, para viabilizar a Comissão Especial que deve relatar
38 o Projeto de Lei que trata da alimentação escolar, mas destacou que esse projeto está
39 apensado ao que altera a LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Esclareceu
40 acreditar que a demora na indicação dos representantes dos partidos para a Comissão se
41 dava exatamente por estes não perceberem que o projeto está apensado ao projeto de
42 Alteração da LDB. (iv) Informou que atualmente havia 10 membros titulares indicados,
43 faltando 8. Destacou que a despeito da angústia dele querer que a coisa ande mais rápido,



1 aquela Casa tem toda uma dinâmica que nem mesmo com as pressões maiores da
2 sociedade, ou às vezes do próprio Executivo, não se consegue acelerar, por serem muitos
3 interesses partidários. Apontou é necessário saber dialogar, negociar e fortalecer a pauta
4 que interessa ao CONSEA. (v) O deputado disse acreditar que estava avançando nessa
5 pauta, e destacou que com a crise que ocupou espaço na mídia, à qual praticamente todos os
6 parlamentares estão sensíveis, ficaria mais fácil, nesta reta final, os partidos já alertados,
7 indicar seus representantes. (vi) Destacou achar importante continuar vigilante e tentar
8 buscar estar junto ao Presidente Lula; tentar ir ao presidente Arlindo Chinaglia para mostrar
9 a relevância desse projeto. Destacou que o Presidente Lula precisaria de um estímulo e
10 informou que se acontecer de viajar com ele para Teresina na segunda-feira iria aproveitar a
11 viagem para ser um dos pontos de tocá-lo, tentando ver a sensibilidade dele dar um recado
12 para o Arlindo, no estilo “Agiliza aí”. (vii) Por último, lembrou que há poucos dias
13 participara de um debate, em outra Comissão de que faz parte, coordenada pelo pessoal da
14 Economia Solidária e destacou achar interessante que o CONSEA, conforme a sua pauta,
15 um dia trouxesse esses debatedores para fazer uma apresentação. Finalizando, agradeceu a
16 oportunidade de falar brevemente ao CONSEA e dizer do compromisso da Frente de
17 continuar sensibilizando senadores e deputados sobre a importância do tema. Em seguida,
18 passou-se à apresentação do Ministro Guilherme Cassel. (i) O Ministro primeiro agradeceu
19 o convite e afirmou sempre gostar muito de comparecer ao CONSEA, pois para o MDA o
20 CONSEA é muito importante. (ii) Antes de iniciar o tema Territórios da Cidadania, chamou
21 a atenção para a crise no preço dos alimentos atualmente vivida, apontando pensar que é o
22 que vai pautar as discussões pelos próximos 5 ou 10 anos. Disse achar que esta é uma crise
23 de proporções bastante grandes, uma crise alongada e que, particularmente, tem convicção
24 de que a melhor resposta brasileira para essa crise é mais agricultura familiar, é mais
25 Reforma Agrária e mais segurança e soberania alimentar. (iii) Apontou que a idéia dos
26 Territórios da Cidadania começou a se formar no segundo semestre de 2007, quando o
27 Governo, na Câmara de Política Social, começou a tentar construir a idéia de um grande
28 programa de cidadania, um programa que juntasse todos os esforços do Governo. A partir
29 da experiência de 3 anos com os Territórios da Identidade, e com o desafio que o presidente
30 Lula tinha colocado de pensar uma política mais ampla, o MDA pensou o Território da
31 Cidadania como um programa que tivesse como objetivo fundamental superar as condições
32 de pobreza no meio rural brasileiro. (iv) Disse que uma das primeiras conclusões quando se
33 pegam as estatísticas, é que existem bolsões de pobreza reincidentes no País, que estão lá
34 há séculos, mas apontou que o Estado Brasileiro não consegue chegar nesses lugares, por
35 parecer que existe uma espécie de invisibilidade, uma barreira econômico-social-cultural
36 que impede que se faça corretamente investimento público nesses lugares. (v) Destacou que
37 o programa Territórios da Cidadania é um programa que nasceu tentando enfrentar os
38 desafios de, primeiro, superar a pobreza rural a partir de uma estratégia de focalizar
39 naqueles territórios que mais necessitam, a idéia básica de “primeiro para quem precisa
40 mais”. Dessa forma, foram selecionados sessenta territórios a partir da idéia de, primeiro,
41 focar a política pública e, segundo, fazer um esforço de coordenação dessas políticas.
42 Apontou que os primeiros 60 territórios ocupam 958 municípios, 23,9 milhões de
43 habitantes, 7,8 milhões de habitantes da população rural, 27% da população rural do País, 1



1 milhão de agricultores familiares, 319 mil assentados de Reforma Agrária, 350 comunidades quilombolas, 2,3 milhões de famílias do “Bolsa Família”, 149 terras indígenas, terras de pescadores, etc. (vi) Destacou que o programa se desenvolve em 3 eixos fundamentais: Apoio a Atividades Produtivas, Cidadania e Direitos e Infra-estrutura. Destacou que a gestão do programa é através de um Comitê Gestor Nacional, além de comitês estaduais de articulação e de um Colegiado Territorial. (vii) Informou que o programa tem um controle social que, em sua opinião, parece bastante avançado, sendo um elemento central do programa. Apontou que a opção feita é para ter um controle efetivo a partir da máxima transparência e com a participação de todo mundo, a partir da combinação de uma solução tecnológica avançada, através do Portal dos Territórios da Cidadania, com uma ampla participação popular e com a mais absoluta transparência. Em seguida, passou-se à apresentação do Sr. Adoniran Sanches, Secretário de Agricultura Familiar do MDA, que falou sobre o Plano Safra, que fez os seguintes destaques: (i) Além do alargamento conceitual de fugir do padrão de somente política agrícola e taxa de juros e rebates e prazos, foi buscado dar musculatura, dar inteligência, jogo estratégico de onde se quer chegar, valorizando a Agricultura Familiar, valorizando a Reforma Agrária, valorizando a segurança alimentar, a redução da pobreza, tudo isso dando um jogo que está sendo chamado de Novo Plano Safra. (ii) O programa maior que orienta e que define todo o sistema do Plano Safra é o PRONAF, e ele precisava passar por uma profunda simplificação, pois crescera muito, operando atualmente por dentro do sistema financeiro, na lógica pesada de política monetária, com várias políticas do Banco Central; (iii) Se o Governo conseguir montar o quebra-cabeça do Território da Cidadania com articulação com Garantia Safra, com Programa de Sementes, com "Bolsa Família", com PAA, haverá uma bela articulação para que os pobres tenham uma autonomia maior em relação a suas economias. (iv) Em 2003 havia apenas 2,2 bilhões de reais circulando na praça, tendo chegado hoje a 12 bilhões, além de ter muita gente ainda que precisa pegar o crédito rural. Passada a palavra ao Cazuzu, apontou uma série de pontos: (i) a percepção pelos atores territoriais da mudança do olhar do município para uma olhar mais regional, de integração das ações, das práticas, das articulações. (ii) Os atores, tanto do Poder Público quanto do Movimento Social, se sentem efetivamente exercendo cidadania, pois para muitos, pela primeira vez, está se dando acesso a um monte de debate, a um monte de informação, o que traz um clima de otimismo. (iii) Desafia os Movimentos Sociais a se capacitarem para poder aproveitar essas oportunidades. (iv) Mais especificamente com a temática da segurança alimentar e que é uma oportunidade também ímpar da sociedade implementar as ações relacionadas com a segurança alimentar e nutricional. Para manter essa oportunidade, essa janela de oportunidades, alguns desafios foram percebidos: a) Fazer com que o protagonismo da sociedade não seja sufocado pela ação do próprio Poder Público, que tem muito mais capacitários; b) Os atores locais, de modo geral, têm ainda uma visão muito economicista do desenvolvimento. Aspectos e elementos como cultura, como educação, como saúde, como meio ambiente e, em muitos casos, até a própria segurança alimentar, ainda existem muito como um elemento periférico. (v) É necessário o aperfeiçoamento das formas de participação da Sociedade Civil, não só monitoramento do programa, mas também na execução do programa. (vi) Como realizar uma sincronia do tempo político com



1 a capacidade da organização dos movimentos sociais. (vii) Como se pode, efetivamente,
2 aproximar os territórios, as propostas de territórios com as demandas da 3ª Conferência
3 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, pois é uma oportunidade ímpar de
4 efetivamente o País colocar em prática tudo que vem sendo demandado há alguns anos em
5 relação a enfrentar-se o problema da segurança alimentar e nutricional no Brasil. A seguir,
6 passou-se ao debate, com intervenção de diversos conselheiros. A Sr^a. Luciene Burlandy
7 Campos de Alcântara destacou uma questão que identificou permanecer como um desafio e
8 que pouco se explora o ouvir os colegiados territoriais, que apontassem os porquês, os
9 determinantes, as razões dessas regiões serem cronicamente deprimidas. Com a palavra o
10 Sr. Altemir Tortelli, levantou duas questões: (i) Destacou que no sul do estado do Rio
11 Grande do Sul, se não se discutir efetivamente qual é a ação do Estado para algum tipo de
12 normatização das multinacionais que estão comprando áreas e estão implantando projetos
13 violentos de produção de celulose, estariam dialogando com uma situação que pode gerar
14 mais pobres. Indagou como o Território da Cidadania trata essa questão? (ii) Faz-se
15 necessário se tratar do tema da Reforma Agrária associado a uma contraposição desse
16 modelo que está muito forte, violento sendo implantado. Em sua avaliação, Tortelli destaca
17 que se não estiverem articuladas com alguns programas estruturantes, um incentivo muito
18 forte no tema da educação, corre-se o risco de atacarmos só a situação da pobreza e não
19 mudarmos estruturalmente a realidade em 10 anos. (iii) Disse não imaginar que a
20 erradicação da pobreza no campo ocorrerá sem pensar como é que trata do emprego na
21 cidade, dizendo estar convencido há 10 anos que a solução do campo só será estrutural se
22 estiver articulada, integrada também com o desenvolvimento das cidades e vice-versa. (iv)
23 Duas preocupações disse ter: a) Se não tiver efetivamente uma intervenção fortíssima da
24 EMATER pública e estatal, não haverá PRONAF sistêmico, não haverá investimento do
25 conjunto da propriedade; b) A segunda questão é de fato investir forte no fortalecimento
26 das estruturas econômicas da agricultura familiar, capacitação, gestão, capital de giro e
27 outras coisas mais. A seguir, o Sr. Malaquias Batista Filho sugeriu que, por ocasião dos 100
28 anos de nascimento de José de Castro, uma das áreas do Território da Cidadania tivesse seu
29 nome, como forma de homenageá-lo. Passada a palavra à Sr^a. Sônia Lúcia Lucena Sousa de
30 Andrade destacou: (i) Achar haver um comprometimento dos avanços dos programas por
31 conta da burocracia. (ii) Apontou que essa dificuldade não compromete apenas as
32 organizações sociais, dando como exemplo que, dentro da Universidade, estava tendo a
33 experiência de coordenar um programa ligado ao Programa Nacional de Alimentação
34 Escolar, onde só conseguiu-se aplicar 8% dos recursos disponíveis. Defendeu que a
35 desburocratização fosse uma política de Governo, que encontrasse estratégias de gerenciar
36 recurso público de forma honesta, legal, mas que não tivesse tanto entrave burocrático para
37 sua operacionalização. (iii) Outro exemplo que deu foi o caso dos CONSADs, as
38 dificuldades que os CONSADs têm tido em avançar por conta desse mesmo problema que
39 eles enfrentam. Devolvida a palavra ao Ministro Guilherme Cassel, apontou que o
40 programa não tinha todas as respostas e essa era uma virtude dele, mas que era uma
41 estrutura segura para serem feitos ajustes, e que o que o deixava satisfeito nessa primeira
42 etapa era o fato do programa ter se mostrado capaz de lidar com toda a pluralidade
43 existente. Apontou que a partir do momento que se consegue pautar nacionalmente o tema



1 de desenvolvimento rural, se enriquece a pauta da Reforma Agrária pois a Reforma Agrária
2 passa a ser discutida não apenas como um fim em si mesmo, mas como uma necessidade da
3 Sociedade Brasileira para um desenvolvimento rural sustentável mais justo, mais equânime,
4 o que, aponta, melhora tudo. Por fim, destacou ter absoluta convicção hoje que a resposta
5 brasileira mais consistente para a crise de alimentos era mais produção com mais
6 agricultura familiar e Reforma Agrária. Iniciando a segunda rodada de debates, a Sr^a.
7 Regina da Silva Miranda fez as seguintes observações: (i) Classificou o PRONAF, o PAA e
8 o Programa Território de Cidadania como programas que realmente têm o propósito de ser
9 estruturante, que avançam em relação à estruturação, melhoria e qualidade de vida das
10 populações mais vulneráveis, em especial do meio rural. (ii) Apontou como preocupação
11 importante como fazer com que esses programas cheguem realmente às populações mais
12 vulneráveis, indagando como é que seria feito para que indígenas, quilombolas e mulheres
13 acessassem o crédito. (iii) Observou que o marco regulatório era tão rígido e historicamente
14 construído para que a ele acessassem aqueles que já são empreendimentos mais
15 estruturados, que obstaculizam a execução dessas políticas, dando como exemplo a lei
16 8.666. (iv) Destacou que todas as escolas do País, em todos os municípios executam o
17 PNAE, que é o Programa de Alimentação do Escolar. Indagou se há condições de fazer a
18 convergência, o sinergismo para que seja possível se comprar alimentos para a alimentação
19 escolar, a partir da agricultura familiar. Informou que o decreto do PAA Alimentação do
20 Escolar está esperando para ser liberado. Disse ainda achar que é o momento de criar essas
21 sinergias. (v) Outro destaque que fez foi sobre a importância das atividades de ATER,
22 capacitando as pessoas para colocarem em prática, para executarem os recursos daqueles
23 programas. A seguir, os pontos levantados pelo Sr. Antônio Ricardo Domingos da Costa
24 foram: (i) Fez uma meia crítica ao programa e uma crítica ao título do programa porque em
25 seu entendimento, falando em nome dos povos indígenas, até quem tem territórios não
26 poderia se utilizar desse programa, apontando que o programa não era para todos, era para
27 apenas 17% da população, como fora colocado, “E quem não tem território?” indagou. (ii)
28 Perguntou como os povos indígenas podem ter território de cidadania se não têm nem a
29 terra para desfrutar dos benefícios. (iii) Deu como exemplo os posseiros que estão dentro
30 das terras indígenas, defendendo que deveria ter um programa para tirá-los e colocar em
31 outra terra, para poder deixar os índios produzirem também na sua cultura e nos seus
32 costumes. (iv) Destacou como contradição o fato de como se faz segurança alimentar sem
33 território e como se fala o nome de Território da Cidadania sem território. Com a palavra o
34 Sr. Antônio José da Costa, apontou: (i) Ter imensa preocupação com o Território e
35 Cidadania em dois aspectos: a) A maneira como os critérios foram feitos e elaborados; b) O
36 IDH como sendo um desses critérios, pois muitas comunidades quilombolas em todos os
37 territórios iriam ficar excluídas do Território da Cidadania porque geralmente o IDH dos
38 municípios e posteriormente dos Estados ou dentro dos territórios quilombolas, é medido
39 de uma maneira que as zonas rurais ou o semi-árido dos municípios metropolitanos não
40 entram no IDH desses territórios, desses municípios, já que o IDH era para ser medido, os
41 dados eram para ser apresentados nas três zonas: rural, urbana e litoral. (ii) Indagou como
42 iria se encaixar, dentro do primeiro eixo, a reforma que não é uma Reforma Agrária, é a
43 questão da demarcação, a titularização do território quilombola de todos os Estados, os 24



1 estados que estavam ali. (iii) Indagou também como é que seria assegurada, dentro dessa
2 Reforma Agrária precisa, um plano de desenvolvimento para os territórios quilombolas.
3 (iv) Por fim, destacou que ultrapassou-se a questão da lógica do território como espaço
4 geográfico e adotou-se a questão do território cultural. A seguir, o Sr. Gilberto Portes de
5 Oliveira disse: (i) Que em alguns determinados Estados ou regiões dos territórios era sabido
6 que há um problema sério que tem que ser levado em conta pelo MDA e pelos organismos
7 que estão aplicando a política, que vários setores, inclusive da comunidade local, não
8 estavam participando e que é importante levar em conta, alguns sindicatos, algumas
9 associações que têm, de uma forma e de outra, talvez uma organização não grande, mas que
10 têm condições de participar do debate. (ii) Que a pergunta que deveria se fazer era:
11 “Acabou este Governo com este perfil, vai ficar o que de política estruturante?” Indagou
12 qual seria a base no momento que sai um Governo que tem um perfil que está
13 implementando determinada política e a estrutura básica para essa sociedade, para essa
14 comunidade enfrentar uma possível outra política. (iii) Indagou como seria trabalhada a
15 geração de emprego, a integração de políticas, o mercado de massa, a questão da comida.
16 (iv) Por fim, destacou que chamou muito sua atenção o fato de ter ficado fora a questão
17 ambiental, questão da água e da biodiversidade. Com a palavra o Sr. José de Ribamar de
18 Araújo e Silva destacou ver alguns entraves: (i) Indagou como a nova institucionalidade, o
19 novo modelo de gestão faria dialogar duas instâncias criadas ao bojo do empoderamento.
20 Apontou que em quase todos os territórios existe também a figura dos CONSADs, e nem
21 sempre há coincidência entre os atores coletivos que atuam no CONSAD com os atores
22 coletivos que atuam no Colegiado de Desenvolvimento Territorial. Apontou que esse era
23 um problema a ser equacionado. A seguir, o conselheiro Milton Rondó informou que
24 durante a Conferência Regional da América Latina e Caribe, o Ministro Cassel havia
25 assinado um Acordo Quadro com a FAO que permite prestar cooperação de uma forma
26 mais ágil. Além disso, destacou que o MDA assinou um Memorando de Entendimento pelo
27 qual coloca 1 milhão de dólares para cooperação sul/sul. Em seguida, a Sr^a. Meyre Andrea
28 Borges David apontou: (i) Que um grande elemento importante para que realmente essa
29 política se concretizasse era a mobilização social e a participação popular. (ii) Destacou
30 como importante definir como ocupar cada território, mapear os atores que estão nos
31 territórios para que eles tenham acesso, democratizar realmente a política no território,
32 discutir essa política, fazer o monitoramento, depois fazer a avaliação disso. Disse ainda
33 que além da informação, era preciso um processo de formação permanente para que
34 realmente a participação popular fosse efetiva e qualificada nessa discussão e pensar a
35 população não sendo objeto da política pública, mas sendo sujeito da construção da política
36 pública. Devolvida a palavra ao Sr. Adoniran Sanches, explicou (i) que o MDA empoderou
37 o ambiente, durante 4 anos, com uma boa dose de investimentos em capacitação, formação,
38 exercitando o conceito de planos territoriais de desenvolvimento e fazendo vários eventos
39 de qualificação das tendências regionais, de romper com o municipalismo, de compor
40 forças, compor dinâmicas econômicas, ilustrar segmentos dentro do território que estão
41 ausentes do acesso à política pública. (ii) Apontou que o Tortelli tinha razão ao dizer que as
42 infra-estruturas tinham que existir. Apontou que o que iria ficar, além do imaginário social,
43 do desafio de capturar noções de política pública era o tema de produção sustentável.



1 Apontou ser o maior desafio, deixar bases econômicas sólidas, processos irreversíveis,
2 criativos, inovadores, para que as coisas não voltassem atrás, não só em relação aos demais
3 eixos de infra-estrutura e acesso, mas uma dinâmica econômica que consiga dar passos
4 sucessivos dentro da classe D, E para C, um pouco de como esse fluxo migratório
5 econômico fique distribuído. Recomeçada a reunião após o intervalo para o almoço, Renato
6 Maluf passou a palavra ao Sr. Hans Lorenzen, assessor do Parlamento Europeu, para que
7 fizesse um informe institucional. Feito o informe, Renato Maluf esclareceu que o CONSEA
8 tinha uma proposta na mesa, que seria avaliada depois, quando ela de fato chegar, que
9 consiste do CONSEA participar da organização das conferências regionais simultâneas
10 sobre o uso sustentável dos recursos agrários e abastecimento de alimentos, que destacou
11 achar, a princípio, ser uma proposta que interessa ao CONSEA. Apontou que assim que
12 chegar a proposta, colocaria em discussão no Conselho e avaliariam a maneira de
13 participação. Em seguida, Renato Maluf informou que a Exposição de Motivos enviada ao
14 Presidente da República fora provocada quando emergiu com força o debate sobre a alta do
15 preço dos alimentos. Disse que a partir de uma percepção também de que o CONSEA não
16 só não estava se manifestando, como também não estava sendo convidado a se manifestar,
17 disse achar que o melhor que se faz nessa hora é se manifestar, para se fazer presente entre
18 as vozes que estavam participando. Explicou haver consultado algumas pessoas
19 rapidamente e decidimos enviar uma Exposição de Motivos ao Presidente da República, em
20 caráter emergencial, porém tendo tomado o cuidado para usar na Exposição de Motivos
21 apenas posicionamentos já aprovados pelo Conselho. Informou ainda que as
22 recomendações que fez foram: (i) acelerar a implantação do sistema; (ii) retomar a Política
23 de Abastecimento, que foi uma deliberação do CONSEA feita em dezembro de 2005; (iii)
24 que o Presidente da República se engajasse, ele, pessoalmente, e seu Governo, no debate
25 nacional e internacional; (iv) que se intensificassem as ações de cooperação sul/sul. Não
26 havendo ninguém a se manifestar sobre a Exposição de Motivos, foi referendada pelo
27 Plenário. A seguir, inverteu-se a pauta para apresentação e encaminhamentos das
28 Comissões Permanentes e dos Presidentes de CONSEAs Estaduais, pois a Sra. Albaneide
29 Peixinho não havia chegado até o momento. Comissão dos Presidentes de CONSEA
30 Estaduais: (i) Informou que havia trabalhado em cima de um documento produzido por
31 GTs formados na reunião passada, onde um desses GTs ficara de encaminhar uma proposta
32 de formação para acontecer em nível dos Estados com o tema Formação em Segurança
33 Alimentar nos Estados e Municípios. Explicou que a idéia é que seja feito um projeto geral
34 e que cada Estado se apresente para esse edital no sentido de executar, em nível estadual, o
35 processo de formação, tendo a previsão de que o edital saia até maio, o que justificava o
36 convite a participar da construção desse edital, de maneira conjunta, para que o repasse
37 fosse feito até setembro. (ii) Informou que fora feita uma discussão sobre o funcionamento
38 da Comissão, tendo chegado à conclusão que essa Comissão é diferente das outras
39 comissões do CONSEA. Apontou que ficou muito claro que o papel dela não era um papel
40 de ser um CONSEA atuando paralelamente ao CONSEA Nacional, mas que era um espaço
41 de discussão, de reflexão, de encaminhamento em relação ao SISAN e à Política Nacional
42 de Segurança Alimentar. Apontou também ter ficado claro que ela não era uma instância do
43 CONSEA. (iii) Em relação às atribuições, a Comissão entendeu que um papel dela seria o



1 fortalecimento político e institucional dos CONSEAs estaduais no que se refere ao marco
2 institucional, condições de funcionamento e incidência nas políticas de segurança
3 alimentar. (iv) Outro papel seria a contribuição e implementação nos sistemas estaduais de
4 segurança alimentar de forma coordenada com o SISAN Nacional, além de fazer uma
5 articulação entre os CONSEAs Estaduais com vistas ao intercâmbio de informações,
6 experiências, bem como realização de iniciativas conjuntas de âmbito regional, articulação
7 e interlocução entre CONSEAs Estaduais e o CONSEA Nacional no âmbito das políticas
8 públicas. (v) Sobre as questões operacionais, a Comissão decidiu que vai se reunir a cada 4
9 meses e que encaminhará deliberações para a Presidência do CONSEA Nacional, poderá
10 propor pontos de pauta para apreciação na Plenária do CONSEA Nacional e também criar
11 Grupos de Trabalho, conforme a necessidade. (vi) A Comissão decidiu que a coordenação
12 fosse ampliada, se trabalharia, nessa primeira parte de gestão, com 4 presidentes de
13 CONSEA e a coordenação executiva seria rotativa. Dessa forma, se trabalharia um rodízio
14 de 8 a 4 meses, onde uma pessoa sempre permanece 8 meses e as outras 3 permanecem 4
15 meses, de maneira que vá se fazendo o processo de capacitação também dos presidentes.
16 (vii) Foram escolhidos como representantes o Pedro, do CONSEA de Goiânia, a Helena
17 Selma, presidente do CONSEA do Ceará, o Miguel Montanha, presidente do CONSEA do
18 Rio Grande do Sul e Francisco, presidente do CONSEA do Amapá. (viii) A data da
19 próxima reunião da comissão ficou para dia 30 de junho, não dia 3 de julho. (ix) A
20 Comissão dos Presidentes Estaduais sugeriu que o CONSEA incorporasse na sua
21 programação algum tipo de participação no Fórum Social Mundial ano que vem, em Belém
22 do Pará, com o tema da segurança alimentar. A seguir, o Sr. José de Ribamar de Araújo e
23 Silva apresentou à Plenária uma deliberação do Encontro dos Presidentes, tomada após a
24 análise do problema grave das enchentes e mais de 150 mil desabrigados, com números
25 crescentes, que deixou 48 municípios em estado de calamidade, grande parte deles na
26 Paraíba, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, que tem por objetivo um
27 pedido pela celeridade à questão, pois tem havido pouca celeridade no atendimento a essas
28 questões. A seguir, foi ouvido o relato do Grupo de Trabalho que estava preparando um
29 Seminário Nacional do PAA, promovido pelo CONSEA com o apoio dos setores de
30 Governo. A Sra. Maria Emília esclareceu que o Grupo de Trabalho fora criado para
31 organizar o Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos: balanço e
32 perspectivas, apontando que o objetivo desse seminário era avaliar os 5 anos do PAA do
33 ponto de vista do Governo, das parcerias, da sociedade civil e fortalecer o PAA como
34 política pública promotora da soberania e segurança alimentar e nutricional e do
35 desenvolvimento rural sustentável. Esclareceu ainda que o evento ocorrerá em Brasília, nos
36 dias 16 a 18 de junho, com expectativa de participação de 240 pessoas. Apontou que estão
37 previstos 4 painéis. Entre os painéis haverá uma tarde dedicada às oficinas. Serão 6 oficinas
38 simultâneas e em cada uma delas serão feitas reflexões a partir da exposição de 2 ou 3
39 experiências. A seguir, foi feito o relato da Comissão Permanente 1. (i) Iniciou-se o relato
40 esclarecendo que a Comissão estava responsável pela institucionalização e regulamentação
41 do SISAN, e que tinha como missão principal, até o final deste ano, ter alguma proposta
42 redigida ou mais discutida sobre o delineamento, sobre que sistema é esse que queremos e
43 toda a reflexão pertinente. (ii) Informou que a Comissão já criara 4 Grupos de Trabalho: a)



1 GT Estrutura do CONSEA, que tem por objetivo fazer uma proposta de estrutura para o
2 exercício da presidência do CONSEA e para o fortalecimento do CONSEA como um todo;
3 b) GT Orçamento, cujos objetivos é de elaborar uma proposta, que sairá referendada pelo
4 CONSEA, de um orçamento de SAN, de propor ao Governo Federal quais são as
5 prioridades, quais são as ações importantes e que merecem suplementação e até proposição
6 de novas ações. c) GT Monitoramento, cuja idéia é se apropriar de todo o trabalho que já
7 foi feito até hoje na área de monitoramento da segurança alimentar e nutricional sob a
8 perspectiva de Direitos Humanos e dê continuidade. Apontou que o cenário que a Comissão
9 gostaria de ver era que até o final do ano de 2010 esse sistema estivesse implantado no País.
10 d) GT Exigibilidade, que tem por objetivo discutir, no contexto da discussão da construção
11 do SISAN, as questões de exigência, de recursos, de reclamação da realização do direito
12 humano à alimentação. (iii) O único ponto que demandou apreciações da Plenária foi a
13 solicitação da empresa Itaipu Binacional de ser convidada a fazer parte do CONSEA como
14 observador. Não havendo ninguém contra, ficou aprovado o convite. A seguir, passou-se ao
15 relato da Comissão Permanente 2, que trata sobre soberania e segurança alimentar na
16 estratégia de desenvolvimento. Informou: (i) Que já estava instituído o Grupo de Trabalho
17 da agenda internacional do CONSEA, que tem o objetivo de elaborar um documento sobre
18 questões internacionais a ser apreciado na Plenária de dezembro. Como deliberações, a
19 Comissão solicitou que o documento sobre a agenda internacional do CONSEA fosse
20 avaliado na Plenária de dezembro, o que foi aprovado por unanimidade. A segunda questão
21 foi solicitar ao Governo uma resposta a respeito da Exposição de Motivos feita em
22 fevereiro, encaminhada ao Governo Federal, à Presidência da República, sobre o
23 *terminator*, apontando quais foram as implicações concretas da Exposição de Motivos que
24 o CONSEA fez sobre o *terminator*. Além da informação, a Comissão solicita que o
25 CONSEA seja integrante da delegação brasileira da COP 9, com uma representação da
26 sociedade civil. Foi aprovada a proposta de se fazer uma reunião extraordinária no dia 29
27 de maio, para apreciação de um esboço preparado pela Comissão sobre o tema da crise de
28 alimentos. A Comissão sugeriu ainda que na reunião de setembro, a ser realizada no Recife,
29 o tema acesso a água fosse pautado para discussão. Solicitou ainda que o tema
30 agrocombustíveis fosse incluído na Plenária de outubro. Todos os pontos de deliberação
31 foram aprovados por unanimidade. A seguir, passou-se ao relato das atividades da
32 Comissão Permanente 3, que versa sobre a Política e o Plano Nacional de Segurança
33 Alimentar. (i) Foi informado que a Comissão chegou à conclusão de que o papel do
34 CONSEA seria enviar para a Câmara Interministerial os princípios, as diretrizes e as
35 prioridades emanados da Conferência para a construção de um Plano Nacional de
36 Segurança Alimentar. Baseados nessa constatação, a Comissão criou um Grupo de
37 Trabalho, composto por 6 pessoas com atribuição de montar uma proposta, que se constitua
38 numa provocação inicial para a Câmara Interministerial, a ser apresentada na própria
39 Comissão e na Plenária para ser colocado em aprovação. (ii) Outro tema abordado foi a
40 questão da produção e abastecimento de alimentos, sugerindo-se que na reunião
41 extraordinária já aprovada fossem trazidos especialistas, pessoas que representem setores
42 diretamente envolvidos, para que se possa tomar decisões qualificadas. O único ponto de
43 deliberação desta Comissão já fora contemplado, qual seja a realização de uma reunião



1 extraordinária. A seguir, passou-se ao relato da Comissão Permanente 4, que trata do
2 Direito Humano à Alimentação Adequada. (i) Informou que a Comissão utilizou a reunião
3 para fazer o fechamento do planejamento do ano. (ii) Disse que a grande missão da
4 Comissão desde a sua implantação era fazer a análise das políticas públicas atuais na
5 perspectiva dos direitos humanos. (iii) Solicitou a inclusão da discussão da metodologia de
6 avaliação de programas, sendo primeiro que o CONSEA se aproprie da metodologia,
7 delibere sobre ela e, num segundo momento, aplique-a em dois programas que são o PNAE
8 e o Bolsa Família, sendo uma a ser discutida em julho e a outra em outubro. As solicitações
9 foram aprovadas. A seguir, passou-se ao relato da Comissão Permanente 5. Deliberações
10 aprovadas: (i) A Comissão confirma a demanda de pauta para julho, Política Nacional dos
11 Povos e Comunidades Tradicionais, que já estava previamente demandada. (ii) Houve uma
12 proposta de realizar em novembro, em parceria com o FNDE, o 3º Seminário Nacional de
13 SAN das populações negras. (iii) A Comissão se antecipou a um problema de possível
14 congestionamento e propôs passar o tema de Terra e Direitos Patrimoniais para a plenária
15 de outubro. A seguir, foi relatada a Comissão Permanente de SAN das Populações
16 Indígenas. Dos encaminhamentos dessa Comissão, deliberou-se por esclarecer sobre a
17 audiência pública que estava prevista de ocorrer em 2007, na cidade de Dourados, Mato
18 Grosso do Sul, sobre a segurança alimentar. Além disso, decidiu-se pela realização da
19 oficina de 26 a 28 de junho, 2ª Oficina Nacional de Comunidades Indígenas, além das
20 proposições de ações prioritárias para o GT Orçamento, das 5 ações que vão ser
21 encaminhadas. A seguir, foi passada a palavra para a Sra. Albaneide Peixinho, que fez uma
22 exposição sobre o PL do PNAE. Destacou saber que a representação da indústria de
23 alimentos estava favorável ao Projeto de Lei, apontando que fizeram um evento fechado
24 entre eles, analisaram, colocaram nutricionistas e advogados para analisarem o projeto de
25 lei e que estariam favoráveis ao Projeto de Lei. Em contraposição, destacou que o setor de
26 terceirização da merenda escolar também fez a mesma coisa e vai fazer todo o lobby
27 possível para vetar o Projeto de Lei. Disse também acreditar que o foco principal da
28 construção do PL é a regulamentação do atendimento da alimentação escolar nas escolas
29 públicas e privadas. Defendeu que o foco a ser perseguido tem que ser o de mudar, sair do
30 paradigma do assistencialismo, ou seja, apenas oferecer alimentação e descartar as ações da
31 educação alimentar e nutricional, que tem como uma das ações também a oferta da
32 refeição. Apontou ainda que o Projeto de Lei avançava ao possibilitar que fossem firmados
33 convênios com entidades representativas dos povos indígenas e das comunidades
34 quilombolas para a aquisição e distribuição de alimentos de forma a garantir a essa
35 população o acesso a alimentos e o respeito a hábitos alimentares de sua cultura. No âmbito
36 do controle social, destacou que a resolução permite a ampliação da participação da
37 Sociedade Civil no acompanhamento e na fiscalização do cumprimento das diretrizes do
38 PNAE, ao propor também a substituição do representante do Legislativo por mais um
39 representante da Sociedade Civil, além de possibilitar a participação de representantes de
40 alunos e trabalhadores na área de educação. Por fim, disse esperar ser possível unir esforços
41 para que o Congresso montasse a Comissão, discutisse o PL em tempo recorde, aprovasse,
42 para que fosse possível, com o orçamento que já foi previsto, pelo menos à educação básica
43 este ano, além de todas as outras propostas existentes no PL. Em seguida, passou-se a



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



1 palavra à Marília Leão, apresentou os resultados de um seminário que o Fórum Brasileiro
2 de Segurança Alimentar e Nutricional realizou em São Paulo, em março, em parceria com
3 outras entidades. Disse ter ficado contente com a apresentação da Albaneide, representando
4 o FNDE, porque existem algumas coincidências com a apresentação dela e com os
5 resultados do seminário. Disse entender que haveria 2 tipos de proposições a serem feitas
6 ao Projeto de Lei. Em havendo espaço político para se fazer emendas, o CONSEA teria
7 importantes emendas imediatas ao texto. Num segundo momento, uma vez aprovado o PL,
8 a gente poderia trabalhar na fase de regulamentação. Destacou como um avanço importante
9 no PL a grande incidência no fortalecimento da produção da agricultura familiar. Apontou
10 que o seminário, além de analisar e discutir e debater o próprio texto da proposta de
11 programa, também fez propostas para outras políticas e outros normativos que estão
12 vigentes. Destacou achar que a política de garantia de preço mínimo tem que ser revista
13 para poder assegurar que a comercialização dos produtos da agricultura familiar possam
14 facilitar a compra pelos gestores do programa. A seguir, Renato Maluf salientou que as
15 inscrições para debater o conteúdo do projeto só fariam sentido se o CONSEA estiver
16 pensando em se posicionar sobre o conteúdo e sobre propostas de alteração dele. Feita uma
17 questão de ordem pela conselheira Elza Maria Franco Braga, esta foi acatada pela Mesa e
18 aprovada pela plenária, qual seja a de dedicar o tempo que restava na reunião para tomar
19 uma decisão sobre como o Conselho se comportaria em relação ao projeto, se iria atuar
20 desde já no sentido de fazer propostas de modificações de conteúdo ou se definiriam uma
21 estratégia de mobilização para acelerar e assegurar a tramitação do projeto. Além disso,
22 ficou deliberado que quando fosse se organizar a pauta do dia 29 de maio, seria considerada
23 a possibilidade de ter um espaço para entrar no texto da lei. Renato Maluf, após várias
24 sugestões, encaminhou as seguintes: (i) Tratar do conteúdo na Plenária no dia 29 de maio.
25 (ii) Estratégias para publicizar o tema e para a mobilização junto aos parlamentares de cada
26 região; (iii) Organizar vídeo-conferência com os CONSEAs Estaduais, tendo o PL como
27 tema principal; (iv) A presidência do CONSEA intensificar sua atuação junto ao Congresso
28 Nacional. Encerramento dos trabalhos da IV Reunião Ordinária do CONSEA, dia 30 de
29 maio de 2008.

Brasília, 30 de abril de 2008.

Renato S. Maluf
Presidente

Patrus Ananias
Secretário



LISTA DE PRESENÇA DA III REUNIÃO PLENÁRIA

DATA: 26 e 27 de fevereiro de 2008

SOCIEDADE CIVIL

- 1 Aldenora Pereira da Silva
- 2 Altemir Tortelli
- 3 Ana Lúcia Pereira
- 4 Antonio José da Costa
- 5 Antonio Ricardo Domingos da Costa
- 6 Elda Regina Leite Galvão de Ávila
- 7 Elza Maria Franco Braga
- 8 Gilberto Portes de Oliveira
- 9 Gleyse Maria Couto Peiter
- 10 Luciene Burlandy Campos de Alcântara
- 11 Malaquias Batista Filho
- 12 Maria Emilia Pacheco
- 13 Marília Leão
- 14 Naidison de Quintelle Baptista
- 15 Regina da Silva Miranda
- 16 Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
- 17 Renato Sérgio Jamil Maluf
- 18 Rui Ricard da Luz
- 19 Silvia do Amaral do Rigon
- 20 Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade
- 21 Suzana Costa Coutinho
- 22 Virginia Lunalva Miranda de Sousa Almeida